

Bares cariocas na Segunda Guerra Mundial

Daniel Mata Roque ^a

Resumo: O presente trabalho objetiva discutir os reflexos da Segunda Guerra Mundial na cidade do Rio de Janeiro, particularmente em 1942, o ano da entrada do Brasil na guerra contra o Eixo. O texto analisa os movimentos populares de rua que levaram a uma série de mudanças nos nomes e estruturas de estabelecimentos comerciais de origem alemã na cidade, bem como os confiscos, pelo Estado brasileiro, de diversas propriedades de cidadãos dos países inimigos aqui estabelecidos. Acreditamos que tal movimento expressou de maneira representativa a vivência da guerra em território brasileiro e que a permanência de tais estabelecimentos citadinos guarda, no presente, esta representação de memória. Para tal, amparamo-nos nas bases conceituais de Carlo Ginzburg sobre micro-história, Pierre Nora sobre lugar de memória e Giulio Argan sobre cidade-capital, além de ampla bibliografia sobre o tema.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, micro-história, memória.

INTRODUÇÃO – O BRASIL EM GUERRA

A Segunda Guerra Mundial foi um evento sem precedentes na história da humanidade. O maior conflito armado já visto, com até então impensáveis números de combatentes envolvidos, de armamentos poderosos, de novas tecno-

logias, de vítimas¹. A invasão da Polônia pela Alemanha marca o início do conflito em setembro de 1939, quando imediatamente sobrevieram as declarações de guerra da França e da Inglaterra contra a Alemanha. O conflito tomaria vulto global, terminando seis anos depois, com cerca de noventa e três milhões de combatentes envolvi-

^a Cineasta. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



dos². O saldo seria de quase sessenta milhões de mortos³, incluindo militares e civis.

Adotando o princípio da neutralidade e mantendo relações de comércio com ambos os lados em disputa desde o princípio do conflito, o Brasil, alinhado definitivamente aos Estados Unidos após o ataque a Pearl Harbor em dezembro de 1941, viu-se efetivamente envolvido na guerra em agosto de 1942, quando seis navios mercantes foram afundados por submarinos nazistas na costa nordestina. A guerra marítima geraria grandes manifestações populares na Capital Federal e consagraria o apoio à entrada do Brasil no conflito como um desagravo, uma resposta aos agressores.

Segundo o historiador britânico Neill Lochery, quando a população brasileira soube da notícia do torpedeamento do navio mercante *Cairu*, afundado por um submarino nazista na costa americana em 8 de março de 1942, vitimando cinquenta e três brasileiros⁴, entre passageiros civis e tripulantes, aí incluído o comandante do navio, “houve

grandes tumultos no Rio de Janeiro e no Sul do país”⁵. Durante as manifestações populares nas ruas da então Capital Federal, muitas empresas alemãs foram atacadas e depredadas, como “represália” ao país agressor.

Havia, naturalmente, um grande apelo nas vítimas dos torpedeamentos: era uma espécie de “choque de realidade” do povo brasileiro com o drama da guerra, o risco real e cada vez mais próximo de morrer, particularmente em um país como o Brasil, muito dependente não só da navegação comercial, para a quase totalidade das exportações e importações, mas da navegação de cabotagem para conectar as populações das distantes cidades costeiras de um território continental. Por mais de dois anos, desde o rompimento das relações diplomáticas até as primeiras atuações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, e principalmente durante a evolução da crise que culminou na declaração de guerra, as vítimas civis e militares na Marinha Mercante eram os únicos mortos do Brasil no conflito,



uma causa extremamente simbólica para lutar. E, no polo oposto a este simbolismo, estavam os cidadãos naturais de países agora inimigos, na distância de um quarteirão.

O MOVIMENTO ANTINAZISTA NO RIO DE JANEIRO

O historiador Cesar Campiani reforça que “muitos descendentes de alemães tiveram suas casas e propriedades comerciais depredadas”⁶ durante a guerra, em diversas cidades brasileiras. Lojas foram saqueadas e prédios incendiados⁷, enquanto manifestantes gritavam “morra Hitler”, “morra Mussolini” e vivas ao Brasil, a Vargas e a Roosevelt⁸.

O movimento anti-Eixo espalhou-se pelo país, particularmente no Rio de Janeiro. Um dos casos emblemáticos dos efeitos destas manifestações na então Capital Federal refere-se ao Bar Luiz, botiquim carioca fundado com o nome de Zum Schlauch em 1887 por Jacob Wendling, filho de suíços nascido em Petrópolis⁹. Em 1907 o bar passou a ser administrado por

Adolf Rumjaneck, brasileiro filho de alemães. Após diversas mudanças de nome e de endereço, o botiquim passou, em homenagem ao dono, a chamar-se Bar Adolf em 1915 e estabeleceu-se em 1927 na Rua da Carioca, número 39, onde funciona até hoje¹⁰.

Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, o bar foi invadido por estudantes secundaristas [do Colégio Pedro II], que pensavam tratar-se o nome uma homenagem a Hitler. Quando o quebra-quebra começou, Ary Barroso, freguês da casa, subiu em uma cadeira e explicou aos perplexos estudantes que o nome se referia ao brasileiríssimo Adolf Rumjaneck [...]. Apaziguados os ânimos, todos foram beber.¹¹ O Adolf brasileiro havia falecido em 1926. Por garantia, o nome do estabelecimento foi mudado definitivamente para Bar Luiz.

Casos bastante semelhantes, e pelas mesmas razões, aconteceram com outros bares cariocas de tradição alemã. O Bar Berlim, fundado em 1934 na Avenida Epiácio Pessoa, chegou a ter a fachada apedrejada e foi renomeado para Bar La-



goa, como ainda é conhecido. O Bar Brasil, localizado no bairro da Lapa, passou a essa denominação patriótica também em 1942, já que havia sido fundado em 1907 como Bar Zeppelin e logo ficou conhecido como Bar Germânico ou Alemão da Lapa¹². Outro Bar Zeppelin seria inaugurado em 1937 por um imigrante austríaco no bairro de Ipanema e, durante a guerra, passaria a ser o brasileiríssimo Bar Santos Dumont, retomando a denominação original alguns anos depois¹³. Curiosamente, este Bar Zeppelin, aparentemente o único que retomou o nome original, é também um dos poucos desta lista que não está mais em funcionamento.

Outro estabelecimento extinto é o Bar Jangadeiro, fundado em Ipanema em 1935 por um imigrante alemão como Bar Rhenania. Durante a guerra, “como muitas casas alemãs, foi invadido e depredado”¹⁴, levando o proprietário a alterar o nome, usando como referência a Rua Jangadeiros, onde se localizava.

Os bares Luiz, Brasil e Lagoa, juntamente com outros estabelecimentos cariocas tradicionais, foram declarados Patrimônio Cultural Carioca pelo Decreto Municipal nº 34.869, de 05/12/2011, assinado pelo prefeito Eduardo Paes¹⁵. Os três bares e sua “denominação de guerra” ainda mantida representam na atualidade alguns dos últimos vestígios da Segunda Guerra Mundial na cidade do Rio de Janeiro.

Os ataques e as consequentes mudanças nos bares e em outras realidades da cidade refletiram um sentimento de resposta aos ataques estrangeiros. A cidade tornou-se palco efetivo dos reflexos da guerra europeia e a “arena simbólica” passou a conter também o embate corporal e a depredação física.

A cidade, ou o espaço, aqui, passa a protagonizar nossas análises. Como destaca Maurício Abreu, não podemos observar os espaços físicos onde se desenrolam as ações históricas no tempo apenas como um lugar abstrato, como se a ação pudesse ocorrer da mesma maneira e com as mesmas características fosse qual fosse o lugar em



que toma palco. Toda ação, afinal, ocorre em determinado tempo e em determinado espaço.

[...] a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço, de processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas¹⁶.

No presente caso, quando observamos os reflexos da guerra na população citadina brasileira, encontramos essas expressões públicas e coletivas na cidade do Rio de Janeiro como matéria-prima.

Conforme progrediam as mortes brasileiras no mar, particularmente em nossa costa já no ano de 1942, crescia o sentimento antinazista nacional. O historiador Giovanni Latfalla transcreve um relatório da inteligência americana feito em setembro de 1942, logo após a declaração de guerra brasileira, afirmando “a existência de uma unidade nacional a favor da participação no conflito” e “a ocorrência de distúrbios em todo o Brasil contra pessoas e propriedades ligas ao Eixo”¹⁷.

Lochery relata, nos primeiros meses de 1942, “um sentimento anti-Eixo que, segundo a polícia, estava saindo do controle” no Rio de Janeiro. O Estado passou a agir contra a atuação hostil. Cerca de 130 suspeitos de espionagem para o Eixo seriam presos no Rio de Janeiro¹⁸, e muitos pelo país, julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Um espião alemão preso no bairro carioca do Leblon tinha em seu poder equipamentos de radiotransmissão e tabelas com horários de partida, tonelagem, carga e destino de navios mercantes nacionais e aliados que partiam da cidade¹⁹. Ações de sabotagem também foram registradas na Base Aérea de Parnamirim, em Natal, “sem, contudo, poder ser considerada uma grande ameaça”²⁰.

Ainda antes da declaração de guerra, a título compensatório pelos prejuízos causados ao país e aos cidadãos, o presidente Getúlio Vargas decretou, em 12 de março de 1942, a apreensão de 30% dos bens de todos os cidadãos do Eixo residentes no Brasil²¹. O montante estimado chegou a 500 milhões de



dólares. Dentre o confisco, alguns casos tornaram-se emblemáticos, como o Colégio Cruzeiro: fundado em 1862 no centro do Rio de Janeiro com o nome de Escola Alemã, o estabelecimento com cerca de 700 alunos trocou de nome em 1939, já em “consequência da situação mundial”²², passando a chamar-se Colégio Humboldt. Não bastou. O colégio foi encampado pelo governo federal, que passou a administrá-lo. Após os torpedeamentos de agosto, o colégio foi fechado, ficando inativo até o ano seguinte. O estabelecimento foi devolvido à administração privada, adotando o brasileiroíssimo nome Cruzeiro ao final da guerra.

Outro caso que merece destaque é o do Hospital Alemão do Rio de Janeiro, inaugurado no Rio Comprido em 1934. Dentro da lógica tanto de combate aos inimigos infiltrados quanto do ressarcimento financeiro através da expropriação, o hospital foi encampado pelo governo federal em 17 de agosto de 1942²³, imediatamente após a sequência de torpedeamentos e antes da declaração de guerra.

Passou a chamar-se Hospital Central da Aeronáutica, subordinado ao Ministério recém-criado. Fato curioso e que reforça a atualidade da pesquisa e seu caráter de “lugar de memória”, como veremos mais adiante, é que o confisco não foi desfeito, sendo até o presente momento uma unidade militar subordinada à Diretoria de Saúde da Aeronáutica.

Um dos mais emblemáticos episódios sobre o antinazismo carioca e as lutas dentre as correntes internas do governo Vargas ocorreu em julho de 1942, quando um grupo de estudantes universitários reunidos na União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, organizou uma manifestação em apoio aos Estados Unidos, denominada “Passeata estudantil antitotalitária”²⁴, por ocasião do aniversário da independência americana, no dia quatro. O evento ocorreu com o aval e o patrocínio do interventor do estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, genro de Vargas e entusiasta dos Aliados²⁵. A manifestação, no entanto, havia sido proibida na cidade



do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, pelo chefe de polícia Filinto Müller, associado à ala germanófila estadonovista. Em apoio à passeata, o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Leitão da Cunha, determinou a prisão de Müller e autorizou o evento que, segundo Lochery, “contou com um grande público e recebeu ampla cobertura dos meios de comunicação”²⁶. Estudantes desfilaram vestidos como caricaturas dos líderes totalitários, em carros alegóricos com figuras de bigode como o de Hitler, carregando faixas com os dizeres “estamos com as democracias” ou “abaixo a quinta-coluna” e dando vivas a Vargas, Roosevelt e Aranha²⁷, carregando bandeiras do Brasil.

O caso acirrou as disputas internas e opôs os segmentos governistas polarizados ideologicamente. Em busca de solução, Vargas demitiu os dois protagonistas, Filinto Müller e Leitão da Cunha, e mais dois supostos germanófilos: o diretor do DIP, Lourival Fontes, e o próprio Ministro da Justiça, Francisco Campos.

Em agosto, após a sequência de torpedeamentos na costa brasileira, uma “multidão de mais de cinco mil pessoas cantou apaixonadamente o hino nacional e aplaudiu quando as bandeiras alemã e italiana foram queimadas em frente ao Theatro Municipal”²⁸. No mesmo mês, Getúlio Vargas discursou de uma sacada no Palácio Guanabara para milhares de manifestantes que, após percorrerem diversos pontos políticos do centro carioca, lotavam os jardins fazendo com as mãos o “V de Vitória” criado pelo primeiro-ministro britânico Winston Churchill²⁹ e reivindicando vingança contra os nazi-fascistas³⁰.

Curioso notar que, apesar do aparente entusiástico apoio à declaração de guerra e ao combate contra o Eixo, os índices de voluntariado na FEB foram bastante baixos, tendo o Exército que recorrer a amplas convocações de reservistas. “O número de voluntários era mínimo”³¹, segundo o pesquisador Francisco Ferraz.

É interessante observar que Grimaldo Carvalho, médico e ex-integrante da Força Expedicionária



Brasileira, em um livro de memórias romanceado publicado décadas depois da guerra, recorda de forma crítica das manifestações que pediam a guerra e, particularmente, do não-alistamento posterior daqueles que defendiam a entrada do Brasil no conflito:

Protestos em nosso país nunca foram muito significativos, jamais exerceram preponderante influência nas decisões políticas e nunca partiram de homens amadurecidos. O que se observa nas manifestações populares de rua são estudantes, politicamente irresponsáveis em sua maioria por se acharem a salvaguarda do serviço militar ou das ferozes agressões policiais, que estas eram por demais comuns nos tempos da ditadura getuliana³².

É bastante plausível que as manifestações populares não tenham sido determinantes, mas de alguma forma validadoras da decisão governamental, racional, política e econômica, de declarar guerra aos países do Eixo.

Lira Neto, biógrafo de Getúlio Vargas, reforça que o apoio popu-

lar serviu inicialmente como impulso ao governo, que capitalizava a onda antinazista e a declaração de guerra para projetar-se ao lado das grandes nações democráticas do Ocidente. A entrada efetiva na guerra, porém, seria capaz de expor e reforçar “as incongruências de um governo que se dispunha a lutar contra o totalitarismo no plano externo enquanto no plano interno se recusava a aceitar as contingências do jogo democrático”³³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão desta análise, utilizamos o conceito de “cidade-capital”, cunhado pelo historiador italiano Giulio Argan³⁴. A historiadora Mônica Pimenta Velloso, ao apresentar o Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX como uma autêntica “cidade-capital”, define o conceito em português como um “polo captador e irradiador de culturas, apresentando um clima de forte efervescência de ideias e de práticas culturais”³⁵. A cidade carioca consolida-se como



este microcosmos e como a vanguarda nacional, responsável por criar, assimilar, transformar e, então, retransmitir ao restante do país como verdadeira nacionalidade.

Cidade-capital e de fato capital administrativa e política do Brasil, o Rio de Janeiro, através das noticiadas e impactantes manifestações de rua, exportou para outras localidades do país o apoio público pela entrada na guerra. Foi o Rio de Janeiro também uma "cidade anti-Eixo", uma "cidade antinazista". Ao ser palco de tão expressivas manifestações, representando, em conjunto, toda a nacionalidade brasileira (no plano interno e no plano externo), o Rio de Janeiro tornou-se ainda uma "capital Aliada", inserindo-se no rol das nações combatentes e no novo concerto internacional.

Podemos perceber que os citados bares cariocas, de destaque na vida boêmia da cidade e muitos ainda em funcionamento, exercem hoje a função de verdadeiros "lugares de memória" da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, uma vez que os "lugares de memó-

ria" nascem com o objetivo de não deixar que determinadas memórias sejam esquecidas. Sua razão de ser "é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento [...]"³⁶. Não estão mais presentes na cidade os estudantes e as manifestações com o "V de Vitória", mas estes estabelecimentos e sua trajetória, particularmente seus nomes comerciais, são espaços físicos capazes de preservar um momento histórico singular da cidade e transportar-nos, por vezes pela simples menção de seu nome pós-guerra, a um engajamento popular e uma notável memória coletiva.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, série I, volume XIV. Porto, 1998.

AGOSTINO, Carlos Gilberto Werneck. Segunda Guerra Mundial. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org). *Enciclopédia de guerras e revoluções: v. 2 – 1919-1945*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.



ARGAN, Giulio. *L'Europe des capitales*. Genebra: Albert Skiras, 1964.

CARVALHO, Grimaldo. *O hono- rável José Honório*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1982.

FERRAZ, Francisco César Alves. Brasil e Segunda Guerra Mundial. in SILVA, Fran- cisco Carlos Teixeira da (org). *Enciclopédia de guerras e revoluções: v. 2 – 1919-1945*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

LATFALLA, Giovanni. *Relações militares Brasil-Estados Unidos (1939-1943)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

LOCHERY, Neill. *Brasil: os fru- tos da guerra*. Rio de Janeiro: In- trínseca, 2015. MARTINS, Hélio Leôncio (coord.). *História Naval Brasileira*. Quinto Volume, Tomo II. Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Mari- nha: Rio de Janeiro, 1985.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados: sol- dados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010.

MELLO, Paulo Thiago de; SE- BADELHE, Zé Octávio. *Memória*

afetiva do botequim carioca. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

NETO, Lira. *Getúlio: do Governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos luga- res. *Revista Projeto História*, São Paulo. Volume 10, dezembro de 1993.

ROQUE, Daniel Mata; BER- NARDES, Margarida Maria Ro- cha; OLIVEIRA, Alexandre Bar- bosa de; BLAJBERG, Israel (orgs). *Práticas e representações fotográficas do Ser- viço de Saúde brasileiro na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019.

Sítio digital da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dls- tatic/10112/4368015/4108326/15DE CRE- TO34869CadastrodeBareseBotequ insTradiconais.pdf>. Acessado em 1 mai. 2020.

Sítio digital do Bar Brasil. Dispon- ível em <http://restaurantebarbrasil.com.br/r estaurante-alemao/>. Acessado em 1 mai. 2020.



Sítio digital do Bar Luiz. Disponível em <https://www.barluiz.com.br/curiosidades/>. Acessado em 1 mai. 2020.

Sítio digital do Colégio Cruzeiro. Disponível em http://www.colegiocruzeiro.g12.br/ins_titucional.php?crz=historico&. Acessado em 6 out. 2020.

Sítio digital do Hospital Central da Aeronáutica. Disponível em <https://www2.fab.mil.br/hca/index.php/historico>. Acessado em 5 out. 2020.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.

¹ ROQUE, Daniel Mata; BERNARDES, Margarida Maria Rocha; OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; BLAJBERG, Israel (orgs). *Práticas e representações fotográficas do Serviço de Saúde de brasileiro na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019, p. 8.

² MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados: soldados*

brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua, 2010, p. 362.

³ AGOSTINO, Carlos Gilberto Werneck. Segunda Guerra Mundial. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org). *Enciclopédia de guerras e revoluções*: v. 2 – 1919-1945. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, p. 229.

⁴ MARTINS, Hélio Leôncio (coord.). *História Naval Brasileira*. Quinto Volume, Tomo II. Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha: Rio de Janeiro, 1985, p. 343.

⁵ LOCHERY, Neill. *Brasil: os frutos da guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015, p. 159.

⁶ MAXIMIANO, op.cit., p. 14.

⁷ LOCHERY, op.cit., p.186.

⁸ Ibid.

⁹ Sítio digital do Bar Luiz. Disponível em <https://www.barluiz.com.br/curiosidades/>. Acessado em 1 mai. 2020.

¹⁰ MELLO, Paulo Thiago de; SEBADLHE, Zé Octávio. *Memória afetiva do botequim carioca*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015, p. 85-86.

¹¹ Ibid.

¹² Sítio digital do Bar Brasil. Disponível em <http://restaurantebarbrasil.com.br/restaurant-alemao/>. Acessado em 1 mai. 2020.



¹³ MELLO; SEBADELHE, op.cit., p. 213-214.

¹⁴ Ibid., p. 186.

¹⁵ Sítio digital da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4368015/4108326/15DECR ETO34869CadastrodeBareseBotequins Tradicionais.pdf>. Acessado em 1 mai. 2020.

¹⁶ ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, série I, volume XIV. Porto, 1998. p. 88.

¹⁷ LATFALLA, Giovanni. *Relações militares Brasil-Estados Unidos (1939-1943)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019, p. 241.

¹⁸ LOCHERY, op.cit.

¹⁹ NETO, Lira. *Getúlio: do Governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 413.

²⁰ LATFALLA, op.cit., p. 179.

²¹ LOCHERY, op.cit., p. 167.

²² Sítio digital do Colégio Cruzeiro. Disponível em <http://www.colegiocruzeiro.g12.br/institucional.php?crz=historico&>. Acessado em 6 out. 2020.

²³ Sítio digital do Hospital Central da Aeronáutica. Disponível em <https://www2.fab.mil.br/hca/in->

[dex.php/historico](#). Acessado em 5 out. 2020.

²⁴ LOCHERY, op.cit., p. 173.

²⁵ NETO, op.cit., p. 417.

²⁶ LOCHERY, op.cit., p. 174.

²⁷ NETO, op.cit., p. 417.

²⁸ LOCHERY, op.cit., p. 186.

²⁹ NETO, NETO, op.cit., p. 421.

³⁰ LOCHERY, op.cit., p. 187-188.

³¹ FERRAZ, Francisco César Alves. Brasil e Segunda Guerra Mundial. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org). *Enciclopédia de guerras e revoluções: v. 2 – 1919-1945*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, p. 29.

³² CARVALHO, Grimaldo. *O honorável José Honório*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1982, p. 28.

³³ NETO, op.cit., p. 434.

³⁴ ARGAN, Giulio. *L'Europe des capitales*. Genebra: Albert Skiras, 1964.

³⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004, p. 25.

³⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo. v. 10, dezembro de 1993, p. 22.